

Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo de Santa Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Janeiro de 2022

SUMÁRIO

RESUMO	1
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	2
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO	8
ANÁLISE NAS CIDADES	10
METODOLOGIA.....	14

RESUMO

A pesquisa de endividamento e inadimplência dos consumidores catarinenses (PEIC-SC) de janeiro de 2022 mostra a continuidade da trajetória de elevação do número das famílias endividadas. Assim, a taxa de endividamento avançou 2,2 pontos percentuais (p.p) na passagem do mês, ao situar-se em 41,5%. No campo da inadimplência, a taxa cresceu pelo segundo mês consecutivo, e encerrou janeiro em 9,5%.

O nível de equilíbrio e controle orçamentário permanece sendo apontado pela pesquisa segundo a percepção de endividamento. O grupo de famílias que indicam estarem muito endividadas caiu na passagem do mês e alcançou 3,6% dos endividados, o 2º menor nível da série histórica. Entretanto, a renda comprometida por dívida segue em trajetória de alta e renova o maior valor da série histórica, ao situar-se em 37,15%. Isso mostra que embora o número de famílias endividadas tenha reduzido na comparação com os anos anteriores, o patamar sobre a renda é alto, elevando o risco de inadimplência.

Quanto aos tipos de dívida, a maioria delas apresentou redução na passagem do mês, salvo, a modalidade de cartão de crédito e crédito pessoal. O movimento de alta de ambas as modalidades resultou em níveis históricos, a 2º maior da série para o cartão de crédito ao ser citado por 84,5% dos endividados e crédito pessoal alcançou o maior resultado da série histórica, ao representar 26,7%.

Por outro lado, o endividamento de bens de consumo duráveis mediante financiamento de carro e casa segue trajetória de redução pelo segundo mês consecutivo. Esse resultado pode ser efeito do aumento das taxas de juros de mercado, que encarece o crédito, especialmente, na compra de bens de alto valor.

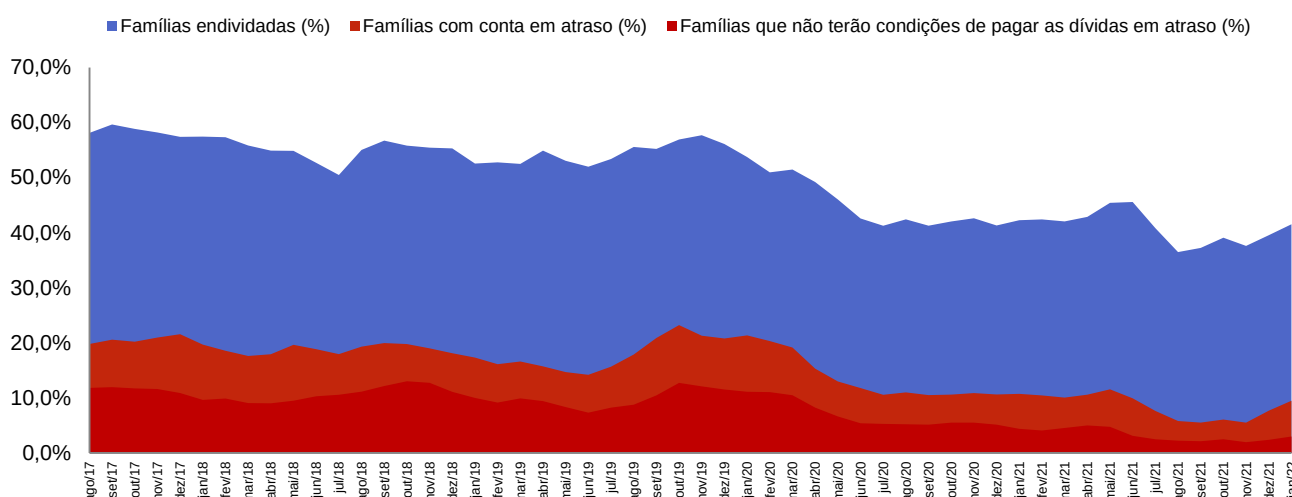
Famílias endividadas e inadimplentes em Santa Catarina voltam a subir pelo segundo mês seguido

Síntese dos resultados							
Situação da família	Meses						
	jan/18	jan/19	jan/21	jun/21	ago/21	dez/21	jan/22
Total de endividadas	57,5%	52,6%	42,3%	45,6%	36,5%	39,6%	41,5%
Dívidas ou contas em atraso	19,7%	17,3%	10,7%	9,9%	5,8%	7,7%	9,5%
Não terão condições de pagar	9,6%	10,0%	4,4%	3,1%	2,2%	2,4%	3,0%

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

A taxa de endividamento das famílias catarinenses, após encerrar 2021 no 5º menor da série iniciada em 2013, avançou pelo segundo mês consecutivo, alta de 2,0 pontos percentuais (p.p.) na passagem do mês. Assim, em janeiro de 2022, 41,5% das famílias catarinenses estão endividadas, o 10º menor resultado da série. Embora ocorra elevação, as famílias endividadas, o resultado do mês é o menor da série na comparação com igual período dos anos anteriores. O comparar com janeiro de 2019, período anterior à crise da pandemia, a diferença é mais acentuada, a redução é de 11,0 p.p. Naquele momento a taxa de endividamento era de 52,6%.

Síntese dos resultados desde 2017



A renda comprometida pelos efeitos da inflação pode resultar na ampliação do endividamento das famílias, conforme foi constatado em cenário nacional, mas o movimento dos últimos dois meses não possibilita identificar mudança de tendência. Ainda, nota-se que o movimento de cautela dos

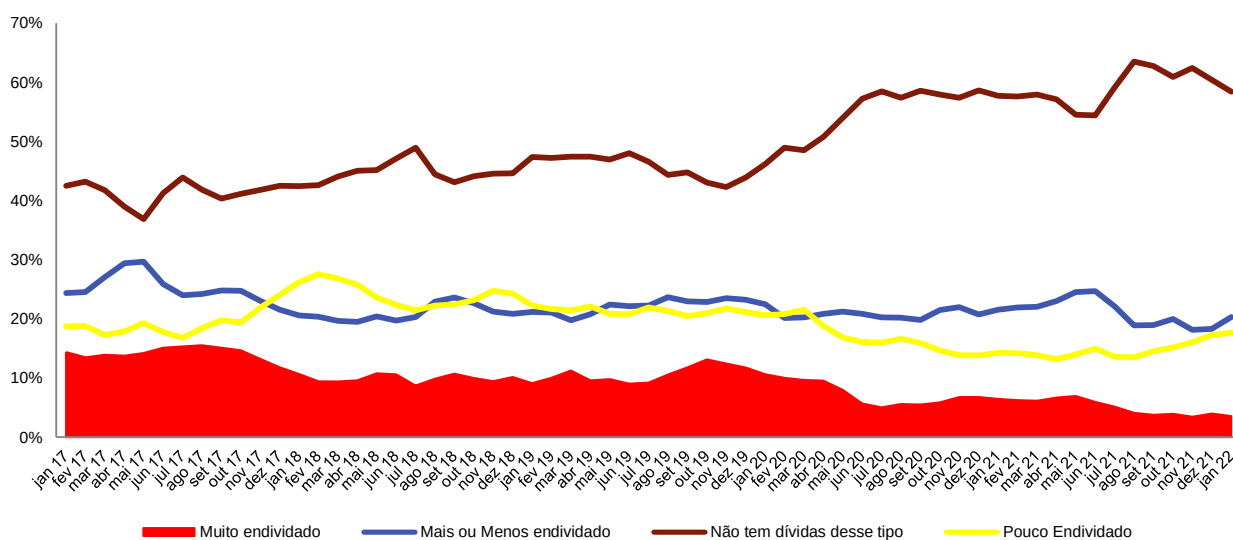
consumidores e de baixo consumo persiste no 2º semestre de 2021. Esse período foi marcado pela perda de fôlego nas vendas do comércio varejista e nas atividades do setor de serviços do Estado. Entre janeiro e julho, o crescimento mensal das vendas ficou em +2,1%, mas após este período, o volume começou a retrair, por isso, a média foi negativa em 3,0%. Para os serviços, o ritmo de retomada foi acelerado durante o 1º semestre, com média mensal de crescimento de 1,5%, mas, no 2º semestre a trajetória de alta desacelerou, ficando em 0,48%.

No âmbito da inadimplência, o panorama é equivalente, e a taxa ficou em 9,5% em janeiro, a 7ª menor da série, também iniciada em 2013, e a menor resultado no comparativo com mês dos anos anteriores. Em caminho similar se encontram as famílias que não têm condições de pagar suas dívidas em atraso (3,0%), alta de 0,6 p.p. diante do mês anterior.

Esse comportamento de Santa Catarina diverge do cenário nacional, já que segundo dados do Banco Central do Brasil (BACEN), o endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses tem seguido movimento de alta e atingindo os maiores valores da série no segundo semestre, conforme o último dado publicado para a competência de outubro de 2021 alcançou 51,16%. Por outro lado, a inadimplência se mantém estável e controlada, condição similar aos resultados de Santa Catarina.

Em relação às faixas de renda o comportamento é distinto quanto ao patamar de endividados, sendo que as famílias com até 10 salários mínimos (SM) alcançaram o maior nível, assim, a proporção do endividamento chegou a 44,7% no mês, acréscimo de 2,5 p.p. na passagem mensal. Já para as famílias com renda acima de 10 SM, a taxa de endividamento foi de 31,6%, crescimento de 1,1 p.p.

Percepção do nível de endividamento



A percepção do nível de endividamento é essencial na análise da pesquisa, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. No mês, segue trajetória de redução das famílias que se encontram na categoria muito endividada, ao reduzir 0,4 p.p. diante do mês anterior, alcançando o 2º menor nível da série histórica. Ao comparar com a média dos anos anteriores, observam-se diferenças significativas (2017 -14,23%; 2018-9,97%; 2019-10,67%; 2020-7,44% e 2021 5,25%), já que o resultado de janeiro foi de 3,6%.

Já o grupo de famílias mais ou menos endividadas, ganhou espaço na passagem do mês, ao crescer 2,0 p.p. passando de 18,3% para 20,3%. Apesar da elevação, o grupo de famílias que se encontram nessa percepção é o 3º menor da série na comparação com igual período dos anos anteriores, ficando acima apenas de jan.2013 (15,33%) e jan.2014 (16,43%).

Para a percepção pouco endividada, o patamar de janeiro é o 2º menor da série comparado a janeiro dos anos anteriores, mas apresenta tendência de elevação durante os últimos seis meses. No mês, o índice cresceu 0,4 p.p. diante do mês anterior e no comparativo anual a alta é de 3,4 p.p.

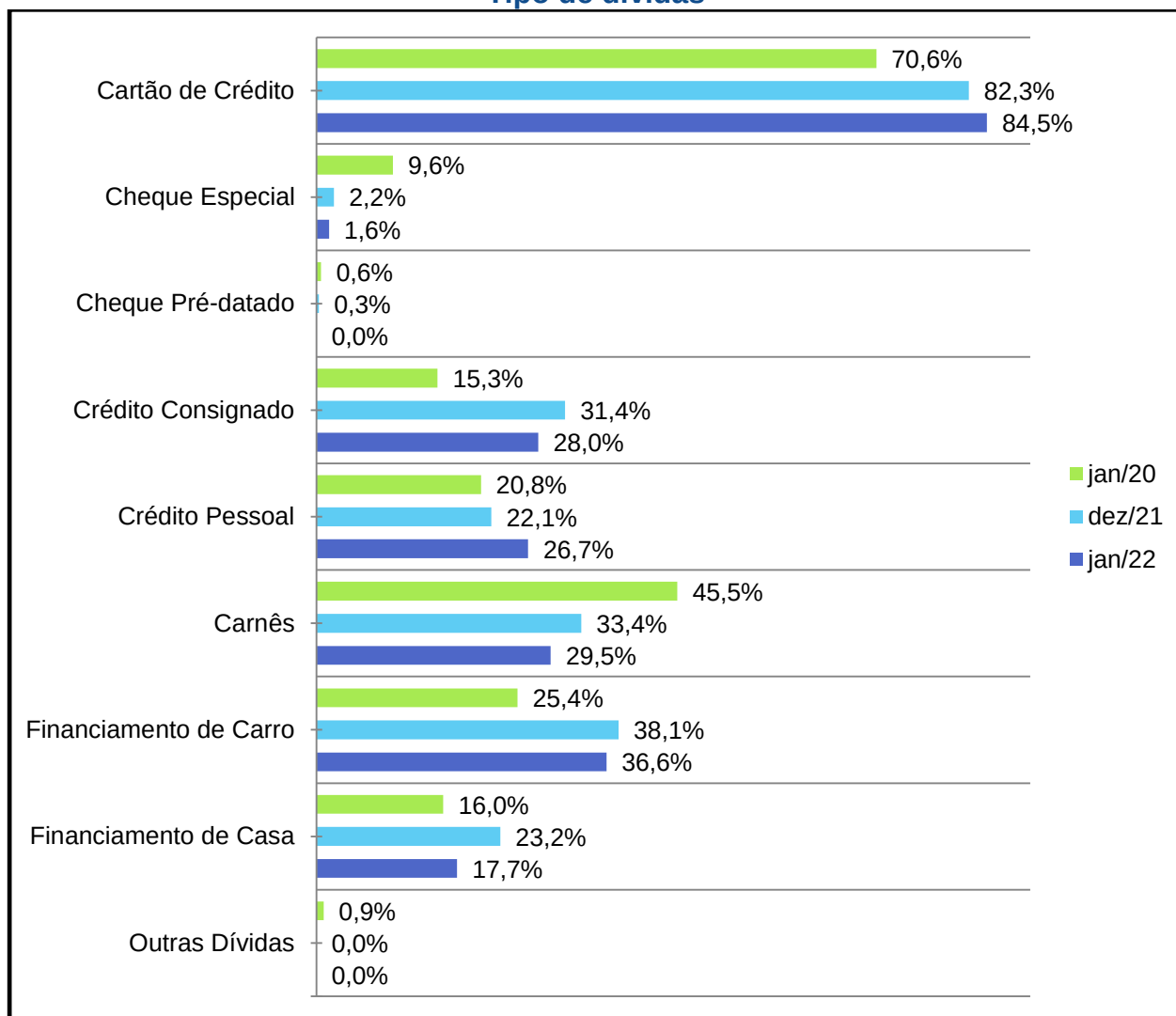
Percepção do nível de endividamento							
Categoria	Jan./18	jan/19	jan/20	jan/21	ago/21	dez/21	jan/22
Muito endividado	10,7%	9,1%	10,6%	6,5%	4,1%	4,0%	3,6%
Mais ou menos endividado	20,6%	21,2%	22,5%	21,6%	18,9%	18,3%	20,3%
Pouco endividado	26,2%	22,3%	20,6%	14,3%	13,5%	17,3%	17,7%
Não tem dívidas desse tipo	42,5%	47,4%	46,1%	57,7%	63,5%	60,4%	58,4%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Ao analisar os tipos de dívidas dos catarinenses, observa-se redução em quase todas as categorias pesquisadas frente ao mês anterior, as exceções foram as quedas no Cartão de Crédito (+2,3p.p) e Crédito Pessoal (+4,6 p.p).

O cartão de crédito continua sendo o principal agente do endividamento dos consumidores e alcança 84,5% dos endividados em janeiro de 2021, o segundo maior nível histórico. Na comparação com igual período do ano anterior, o crescimento é de 12,1 p.p, assim, assim, a tendência do maior uso do cartão de crédito permanece em 2022. Nota-se que essa condição foi acelerada nos dois onde a média alcançou 77,18% em 2021 e 71,8% em 2020, resultado que é superior aos períodos anteriores - (48,8%-2013; 58,95%-2018; 66,9%-2019).

Ao comparar o grupo de renda, o cartão de crédito também é o principal tipo de dívida. As faixas de renda apresentam comportamentos semelhantes, e alcançam 81,6% para as famílias com renda até 10 salários mínimos e 93,9% para renda superior a 10 salários mínimos.

Tipo de dívidas



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

O crédito pessoal tem panorama semelhante, ao alcançar 26,7% dos endividados, o maior resultado já alcançado na série histórica. Na comparação com janeiro de 2021, houve alta de 7,1%. Já o crédito consignado, apesar de cair 3,4 p.p. diante do mês anterior, segue em níveis elevados, ao alcançar o 3º maior nível da história no mês de janeiro de 2022, ao representar 27,9% das famílias com dívidas. Na comparação com janeiro de 2021, houve forte acréscimo de 8,8 p.p, além disso, a valor é superior média dos anos anteriores (2021 - 23,23; 2020 - 18,27%; 2019 - 14,03%; 2018 e 2017 - 14,34%; 2016 - 11,70%).

A utilização dos carnês, a terceira dívida mais citada pelos entrevistados no mês, reduziu 3,9 p.p. segunda queda consecutiva. Nota-se movimento de redução no uso da modalidade de carnês, pois na comparação com igual período do ano anterior houve queda de 10,2%. Ainda, o resultado do mês é

inferior à média dos anos anteriores (2021- 35,74%; 2020 - 40,79%; 2019 - 45,01%; 2018 - 41,10%).

O financiamento de carros e casas atingiram níveis elevados no ano anterior, mas na passagem do mês, reduziram em 5,5 p.p e 1,5 p.p, respectivamente. Esse resultado pode ser efeito do aumento das taxas de juros de mercado, que encarece o crédito, especialmente, na compra de bens de alto valor.

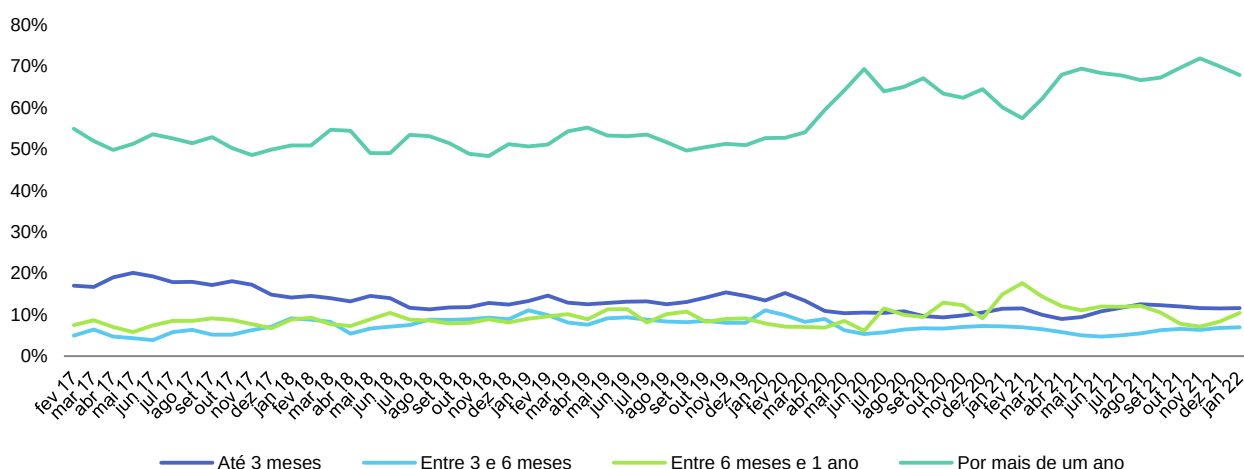
O tempo de comprometimento com dívida permanece acima dos patamares do pré-crise (Jan/20 foi de 9,1 e Fev./20 foi de 9,0), ao situar-se 9,9 em janeiro de 2022, resultado similar ao mês anterior. Portanto, a crise elevou o tempo médio de comprometimento em cerca de 1 mês, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo e a ampliação do endividamento em médio e longo prazo.

Após atingir máxima histórica para o comprometimento acima de 1 ano em novembro, ao representar 71,9% dos entrevistados, o grupo de endividados passou a reduzir nos dois últimos meses, queda de 2,1 p.p. na passagem do mês. Porém, o resultado de janeiro é o 7º maior da série, ao representar 67,9% dos entrevistados, inclusive esse patamar é superior à média dos anos anteriores (2018 – 51,23%; 2019 – 52,06%; 2020 – 61,53%; 2021- 66,52%).

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	dez/21			jan/22		
	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %
até 3 meses	11,6%	10,1%	20,7%	11,6%	10,8%	17,7%
entre 3 e 6 meses	6,8%	7,1%	5,9%	6,9%	7,4%	5,9%
entre 6 meses e 1 ano	8,4%	7,5%	9,3%	10,4%	8,4%	14,5%
por mais de um ano	69,9%	71,0%	63,5%	67,9%	69,4%	60,8%
Não sabe / Não respondeu	3,3%	4,3%	0,6%	3,2%	4,0%	1,1%
Tempo médio em meses	10,0	10,1	9,1	9,9	10,0	9,2

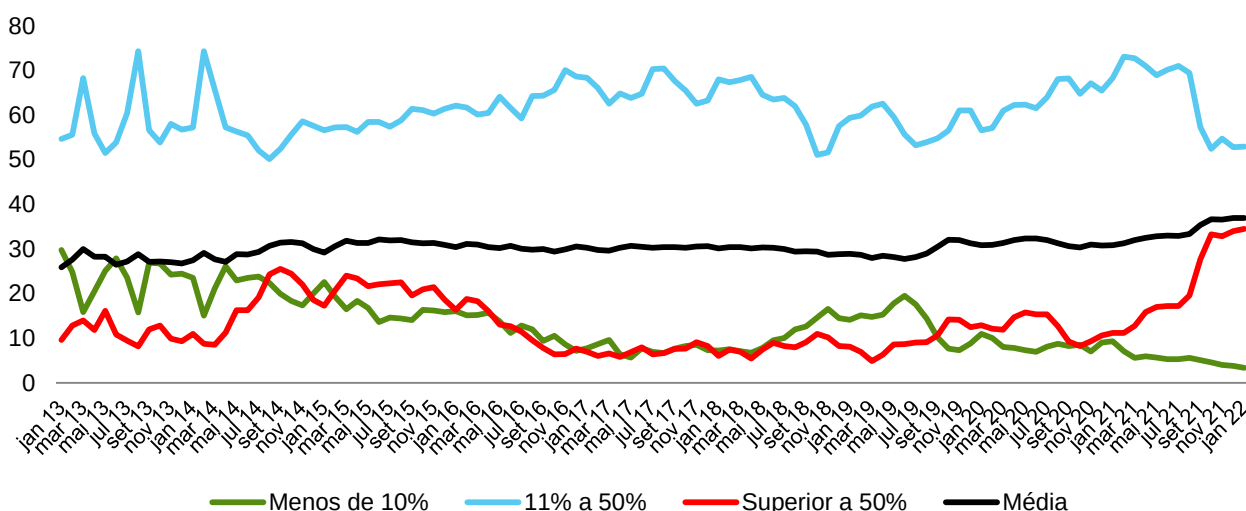
O Agrupamento de até 3 meses para o tempo de comprometimento com dívida está em movimento de retração, apesar da estabilidade em janeiro ao permanecer em 11,57%, o grupo diminuiu desde agosto de 2021, quando alcançou 12,58% dos entrevistados. Ganhou espaço durante esse período, o grupo entre 6 meses e 1 ano, com alta de 2,0 p.p diante do mês anterior, segundo variação positiva consecutiva.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)



Embora o patamar de famílias endividadas esteja em níveis menores que os de anos anteriores, há um alerta sobre o comprometimento da dívida em relação à renda, que renovou em janeiro o maior patamar desde o início da série histórica (janeiro de 2013), ao atingir em média 37,15% da renda dos endividados. Essa trajetória de crescimento é visível na comparação com igual período do ano anterior, alta de 6,35 p.p. naquele momento o índice era de 30,8%%. Com esse resultado do mês, o índice permanece superior à média dos anos anteriores (2021 foi de 33,68%; 2020 foi de 31,31%; 2019 foi de 29,4%; 2018 foi de 29,7%).

Parcela de Renda comprometida com dívida (%)



Além disso, nota-se tendência de crescimento, segundo os entrevistados, para o comprometimento de renda acima de 50% desde dezembro de 2020. No mês, a taxa foi de 34,51%, o maior valor da série e supera de maneira muito intensa as médias dos anos anteriores (2021 foi de 20,80%; 2020 foi de 12,3%; 2019 foram

de 9,41%; 2018 foram de 8,06%), portanto é um sinal de alerta que pode resultar em ampliação da inadimplência. Ainda, 52,8% dos entrevistados indicaram que o comprometimento da renda está na faixa de 11% até 50% da renda, nível equivalente para as faixas de renda abaixo de 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos.

ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso, cresceu 1,7 p.p. diante do mês anterior, segunda alta consecutiva. Apesar da variação positiva, o resultado é o 7º menor já registrado na série histórica, ao atingir 9,5% em janeiro. Na comparação com igual período do ano anterior, há redução de 1,3 p.p, já com relação a 2019, a queda é muito mais consistente diferença de 11,9 p.p, naquele momento, a taxa era de 21,4%.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	dez/21			jan/22		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
sim, totalmente	43,7%	40,8%	51,5%	34,9%	30,5%	51,1%
sim, em parte	25,2%	20,9%	38,3%	33,4%	29,5%	43,7%
não terá condições de pagar	31,1%	38,4%	10,3%	31,6%	40,1%	5,1%
não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	2,4%	3,4%	0,4%	3,0%	4,3%	0,3%

As famílias com renda de até 10 salários mínimos sofrem impacto maior quanto à inadimplência, chegando ao total de 10,7% dos entrevistados. Por outro lado, a taxa de inadimplência das famílias com renda acima de 10 salários mínimos é de 5,1%. Ambas sofreram movimento de alta diante do mês anterior, elevação de 1,8 p.p e 1,3 p.p., respectivamente. Em sentido equivalente, a quantidade de famílias que informaram não ter condições de pagar suas dívidas aumentaram diante de dezembro de 2021 em 0,6 p.p. passando de 2,4% para 3,0%, o sexto menor resultado da série histórica.

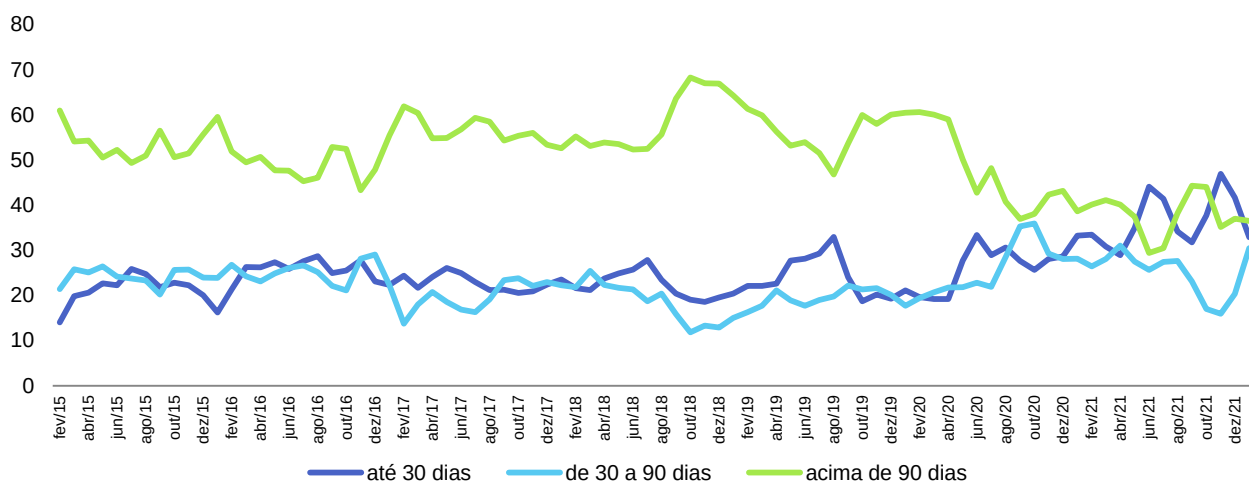
Quanto ao tempo de pagamento em atraso, a média em janeiro foi de 56,2 dias, alta de 3,9 dias frente ao mês anterior. Esse resultado é o oitavo menor da série histórica e é inferior à média dos anos anteriores (2020 62,96; 2019 - 66,20; 2018 - 67,30; 2017 - 66,85; 2016 - 66,59), exceto em 2021, que a média foi de 54,9 dias.

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	dez/21			jan/22		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
até 30 dias	41,7%	37,1%	55,8%	32,9%	29,6%	41,6%
de 30 a 90 dias	20,3%	20,4%	19,5%	30,5%	28,4%	36,8%
acima de 90 dias	37,0%	41,2%	24,7%	36,5%	41,8%	21,6%
Não sabe / Não respondeu	1,1%	1,4%	0,0%	0,1%	0,2%	0,0%
Tempo médio em dias	52,3	55,6	42,3	56,2	59,2	47,7

Além disso, existe uma diferença na dinâmica entre as faixas de renda, de maneira que tempo médio de atraso ocorreu de forma menos intensa nas faixas acima de 10 SM (47,7 dias), enquanto, para as faixas de até 10 SM o tempo médio situa-se em 59,2 dias.

No mês, movimento de redução do grupo de inadimplentes acima de 90 dias fica praticamente estável, passando de 37,0% para 36,5%. Ganha força o quantidade de inadimplentes com dívida entrado entre 30 a 90 dias, acréscimo de 10,2 p.p., saindo de 20,3% em dezembro de 2021 para 30,5% em janeiro do ano corrente.

Percentual do Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso) – (%)



ANÁLISE NAS CIDADES

Ao analisar as cidades pesquisadas, o comportamento de alta do nível Estadual das famílias endividadadas na passagem do mês também foi apresentado em três cidades, exceto para Joinville, que reduziu 1,3 p.p. na taxa de endividamento. As cidades de Chapecó e Joinville tiveram os maiores acréscimo diante do mês anterior, alta de 4,0 p.p e 3,7 p.p., respectivamente. Já no âmbito da quantidade de endividados, há patamares distintos nas cidades, sendo Florianópolis permanece com maior nível, chegando a 65,6%, acréscimo de 3,4 p.p. frente a dezembro, além disso, o resultado superior ao nível estadual.

No âmbito das famílias inadimplentes a trajetória é similar ao comportamento do nível estadual, com variação positiva em todas as cidades pesquisadas na comparação com dezembro de 2021. No mês, nota-se que Florianópolis permanece sendo a que apresenta o maior índice de inadimplência (16,4%), resultado equivalente aos demais meses anteriores.

Situação das Famílias	Janeiro			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Total de endividadadas	31,6%	34,9%	30,6%	65,6%
Dívidas ou contas em atraso	5,7%	6,6%	8,0%	16,4%
Não terão condições de pagar	2,0%	2,2%	2,3%	4,9%

Em relação à percepção de endividamento, o grupo de famílias muito endividadadas, situação que representa um risco para a elevação da inadimplência, segue o mesmo cenário do nível estadual, com baixo nível de famílias apontando essa situação. Na passagem do mês, houve alta somente na cidade de Blumenau (+1,0 p.p), mas que não reverteu o panorama, assim, a possibilidade de ampliar a inadimplência tende a ser menor e curto e médio prazo.

Nível de endividamento	Janeiro			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Muito endividadadas	3,4%	6,6%	2,5%	3,7%
Mais ou menos endividado	22,6%	25,4%	24,1%	11,7%
Pouco endividado	5,7%	2,9%	4,1%	50,2%
Não tem dívidas desse tipo	68,4%	65,1%	69,4%	34,3%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%

No mês, nota-se que a cidade de Florianópolis, destoa das demais, ao concentrar 50,2% dos entrevistados no grupo de “pouco endividados”, assim, muito embora o nível de endividamento seja elevado no município, a dívida dessas famílias demonstra estar sob controle e equilíbrio.

Em relação à alteração dos tipos de dívida, as cidades analisadas também apresentaram significativas diferenças em suas dinâmicas de endividamento. Mas, em nível geral, o cartão de crédito permanece sendo o tipo de dívida mais citado pelos entrevistados em todas as cidades, resultado equivalente ao nível Estadual. Inclusive, três delas tiveram aumento frente a dezembro de 2021, com destaque para alta Joinville (+5,7 p.p) e Blumenau (+3,5 p.p). A cidade de Chapecó foi a única a reduzir o endividamento por cartão de crédito, passando de 78,30% para 69,0%. Esse mesmo cenário também ocorre para as dívidas com crédito pessoal, com altas expressivas em Blumenau (+11,8 p.p) e Joinville (+7,3 p.p), enquanto Chapecó apresenta queda de 7,2 p.p. na passagem do mês. Já o crédito consignado, somente, em Florianópolis (+0,4 p.p) teve alta frente a igual período do ano anterior.

Quanto ao financiamento de carro e de casa, muito embora permaneça sendo uma das principais dívidas citadas pelos consumidores nas cidades houve cenários distintos nos municípios. O financiamento de carro segue em alta em três cidades, ao mesmo tempo que para o financiamento de casas há queda na maioria das cidades pesquisadas.

Tipo de dívida	Janeiro			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Cartão de crédito	86,60%	69,00%	86,47%	87,32%
Cheque especial	0,00%	1,41%	0,00%	4,89%
Cheque pré-datado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Crédito consignado	23,84%	57,77%	39,66%	4,75%
Crédito pessoal	37,47%	18,59%	39,17%	6,47%
Carnês	13,40%	21,13%	35,50%	40,02%
Financiamento de carro	33,24%	43,09%	58,81%	10,55%
Financiamento de casa	21,57%	17,46%	21,65%	10,01%
Outras dívidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não sabe	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	0,13%

Obs.: Respostas múltiplas – soma podem ser maior que 100%

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas, o resultado de janeiro é similar para os municípios pesquisados. A resposta preponderante dos entrevistados é “dívidas por mais de um ano”, concentrando cerca de 80% dos entrevistados para as cidades de Blumenau, Chapecó e Joinville, exceto para Florianópolis. Vale destacar que Florianópolis diverge das

demais cidades ao apresentar certa distribuição das dívidas na escala do período da pesquisa, sendo que a maior parte das famílias (37,73%) está concentrada no grupo de até 3 meses. O tempo médio de comprometimento permaneceu estável nos últimos cinco meses, ao situar-se em média de 11 meses para as cidades pesquisadas, salvo Florianópolis, onde o tempo médio de comprometimento é de 6,1 meses.

Janeiro				
Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 3 meses	0,99%	0,00%	1,23%	37,73%
Entre 3 e 6 meses	2,98%	0,00%	0,62%	20,73%
Entre 6 meses e 1 ano	14,87%	16,05%	4,15%	11,48%
Por mais de um ano	81,15%	81,13%	86,63%	28,87%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	2,82%	7,38%	1,18%
Tempo médio em meses	11,2	11,5	11,7	6,1

A desagregação dos dados relacionados à inadimplência, sobretudo, quanto à média de dias de atraso no pagamento das contas, demonstra movimentos divergentes por cidade, sendo que Florianópolis segue sendo o município que apresenta a maior média de dias em atraso (62,3 dias). Por outro lado, Chapecó que a cidade com a menor média (45,2 dias) no mês anterior, ao ampliar em 9,6 dias na passagem do mês, passou a ser a segunda cidade com maior média (54,9 dias). Nota-se também alta expressiva em Joinville, que passou de 46,4 para 54,2 dias, alta de 7,81 p.p.

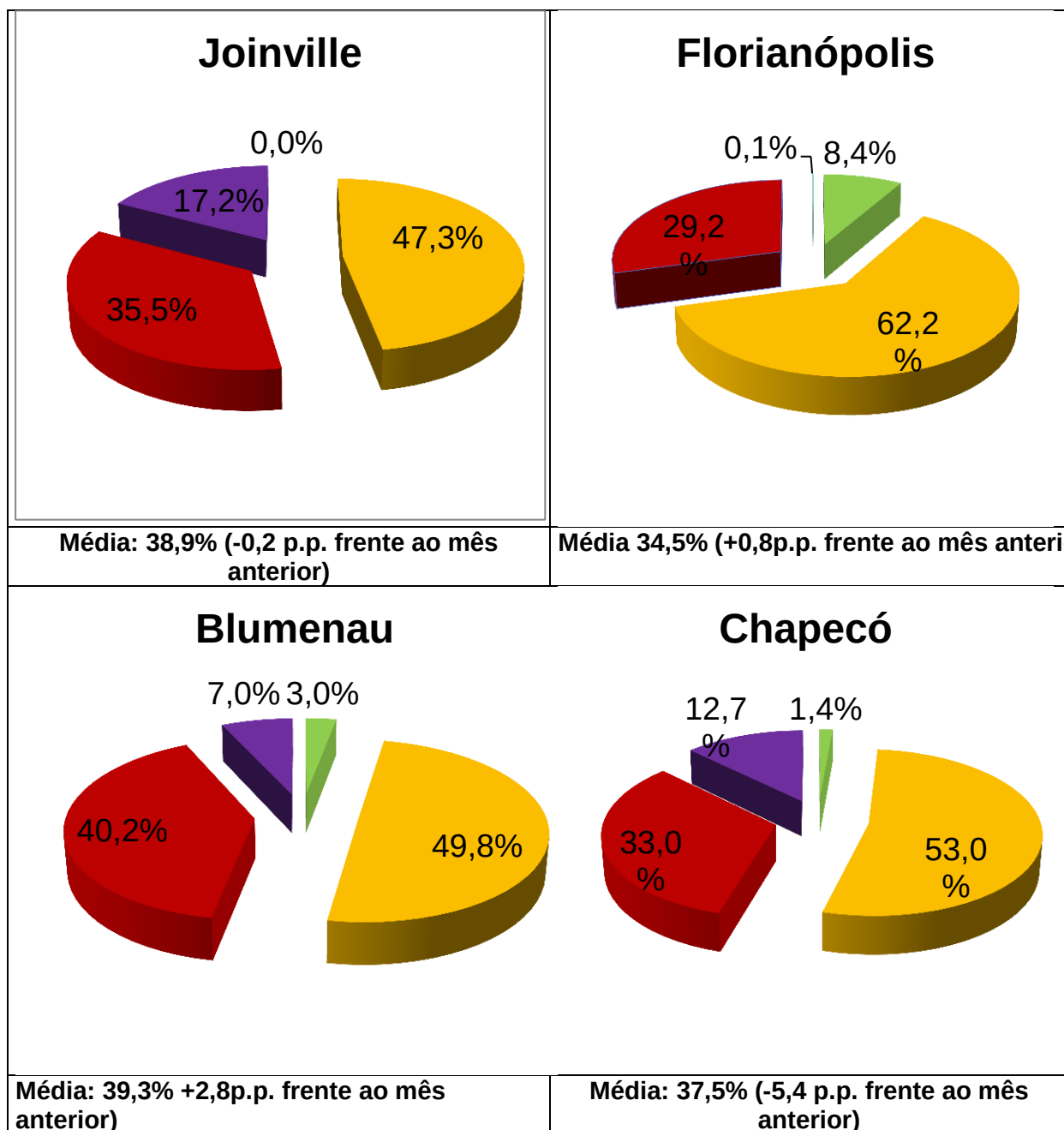
Janeiro				
Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 30 dias	41,73%	33,58%	33,85%	23,82%
De 30 a 90 dias	20,97%	33,21%	34,73%	32,43%
Acima de 90 dias	37,31%	33,21%	31,42%	43,30%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	0,45%
Tempo médio em dias	52,4	54,9	54,2	62,3

O comprometimento da parcela de renda em Santa Catarina, que avançou em nível estadual e renovou a máxima histórica, apresentou movimento equivalente em duas cidades analisadas, com destaque de maior intensidade de alta em Blumenau (+2,8 p.p.). No mês, Chapecó se destaca pela elevada

redução de 5,4 p.p, passando de 42,9% para 37,5% na média da renda comprometida com dívida.

Parcela da renda comprometida com dívidas

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu



Por fim é importante notar que em todas as cidades analisadas o comprometimento médio da renda se encontra acima dos 30%, além disso, se observa, ainda, o predomínio do comprometimento na faixa de 11% a 50% da

renda em três cidades, sendo que o comprometimento superior a 50% é maior em Chapecó (40,2%).

METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.